

ACTA N.º 7

Aos dezasseis dias do mês de Outubro de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu na sede da Junta de Freguesia em 2ª Sessão Ordinária, por deliberação da Assembleia de Freguesia do dia vinte e seis do mês findo, para dar continuidade a apreciação dos pontos n.ºs 3 e 4 da ordem de trabalhos dessa mesma sessão, mantendo-se os mesmos elementos.

- Presidente: Miguel Vieira Lopes;
- Primeiro Secretário: Paula Rodrigues;
- Segundo Secretário: Alice Parada.

Lista de presença:

- Partido Socialista:
 - Pedro Costa
 - Carlos Morais
 - Alberto Almeida
- Partido Social Democrata:
 - Manuela Piaça
 - Vítor Marques
- Isaltino Oeiras Mais à Frente: (doravante IOMAF)
 - Mário Martins
 - André Rica
 - Aline Carvalho
 - Carla Martins
- Coligação Democrática Unitária:
 - Isabel Vasconcelos
- O executivo estava presente.

Na bancada IOMAF, verificou-se a ausência da Sr.ª Eugénia Martins (justificada), que foi substituída pelo Sr. Mário Martins e do Sr. Carlos Abrantes (justificada) que supostamente seria substituído pela Sr.ª Débora Semedo, que por sua vez faltou.

Na bancada do PS, faltou o Sr. Mário Lourenço, que foi substituído pelo Sr. Carlos Morais.

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao primeiro interveniente para se pronunciar sobre o ponto n.º 3 da ordem de trabalhos.

Tomou da palavra o Sr. André Rica questionando sobre vários assuntos, tais como:

- o que vai acontecer à Escola Custódia Marques, porque é que a acção social não está a funcionar em voluntariado;
- o banco alimentar do PCAC está a funcionar na escola Custódia Marques, mas não consta que existam aí frigoríficos para guardar os alimentos;
- se a listagem do Banco Alimentar está a ser cruzada com a Segurança Social;

(2-0)
alru

- quais os gastos para as Festas da Vila e se constava no relatório de contas.

O Sr. Vitor Marques voltou a perguntar se houve algum retorno dos contactos tidos com as empresas da freguesia; se os subsídios aos clubes e colectividades já tinham sido entregues, quais os valores e quais as regras na atribuição desses subsídios; porque é que as respostas do apoio administrativo passaram a demorar à volta de quarenta dias. Informou ainda que um freguês enviou uma mensagem pedindo a intervenção da junta num problema, com um pinheiro que se encontra num canteiro, tendo o Sr. Presidente deslocado ao local e que daria resposta, o que ainda não aconteceu. E, por último que parcerias tinham sido feitas e com quem, para a realização das Festas da Vila.

A D. Isabel Vasconcelos interviu para questionar a que instituições foram concedidas os apoios, no valor de €2.750,00 e qual o critério definido; como está a situação da promessa dos ecopontos, que esforços já foram tomados para a situação do Mercado, uma vez que no programa eleitoral do PS prometia-se criar uma unidade de saúde nessas instalações. Quais as medidas tomadas em relação aos transportes de proximidade e finalmente, em que ponto se encontra as Augis da Laje e do Casal das Chocas.

O Sr. Vitor Marques pediu par intervir e questionar sobre a atribuição de uma viatura fornecida à Junta.

O Sr, Presidente do executivo tomou a palavra para dar algumas explicações colocadas. Relativamente às reuniões tidas com várias empresas está-se a ultimar um documento, no sentido de como, o quê e em que forma vai ser desenvolvido, e que mais tarde dará informação;
Sobre a atribuição dos bens alimentares, os mesmos são distribuídos conforme relatório da Segurança Social;
A atribuição dos apoios aos clubes e Associações são em função dos objectivos e por projectos apresentados e os que forneceram os elementos solicitados, já foram pagos.

O Sr. Vitor Marques esclareceu que se a viatura está ao serviço da Junta, os custos com a mesma devem ser suportados por esta. Em relação ao mercado, se já foi colocada a possibilidade de a sua gestão passar para a alçada da Junta.

Às várias questões, respondeu o Presidente do executivo:

A viatura é da Junta mas os custos com o gasóleo são suportados por ele próprio.
Sobre a questão do pinheiro está a ser estudada a viabilidade da sua mudança para uma encosta em Vila Fria, onde vão ser colocados mais quatro, mas isso é um assunto que depende da CMO, até porque o terreno é privado.

Ponto 4 da convocatória.

O Presidente da Mesa da Assembleia mencionou que foram admitidos à Mesa uma proposta e três recomendações que não foram debatidas nem votadas.
Deu a palavra aos membros da Assembleia.

A D. Isabel Vasconcelos referiu que na sequência do que já tinha sido debatido, tornava-se redundante a análise das referidas propostas No entanto, referiu o seguinte:

questionou sobre a viabilidade de negociar com a CMO para a eventual instalação de um ponto de Saúde, transportes de proximidade, Augi da Laje e do Casal da Choca e em que situação está a legalização da Laje.

Informou que, no passado Sábado tinha encontrado uma brigada de homens, na Estrada de Talaíde a cortar as ervas, inclusivamente junto ao infantário, que se encontravam já bastante altas, e que lhe disseram serem da CMO mas que só andavam a limpar aquele espaço porque ia haver uma festa. Então só se limpa quando há festas?

O Sr. André Rica pediu informação sobre o voto contra do PS relativo ao protocolo do Complexo Desportivo de Porto Salvo, na Assembleia Municipal.

A D. Carla pediu para fazer uma visita à loja solidária, referiu que a associação de pais da escola EB1 solicitou a pintura das garagens da escola e questionou sobre o valor que foi entregue ao Bairro dos Navegadores.

O Sr. Vitor quis saber o que se passou com o Centro Geriátrico e o porquê da proposta ter sido chumbada na Assembleia Municipal. Sobre o chumbo do contrato programa da gestão do Complexo Desportivo, é de opinião que tem que ser um acordo de gestão tripartido, entre a CMO, Oeiras Viva e o Atlético. Temos outros exemplos de gestão, a saber o da ADO (Associação Desportiva de Oeiras) em que é feita pela própria ADO e o Pavilhão Carlos Queirós era gerido pela Oeiras Viva.

Congratulou-se com a posição tomada na defesa desta colectividade.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente do executivo, tendo começado por referir que ainda faltam mais três anos para se poder trabalhar em muitas promessas da campanha, no entanto, com um ano de executivo muito já se fez.

Relativamente aos transportes de proximidade a CMO está a tentar resolver a situação a nível concelhio.

Sobre as Augis, ainda há artigos matriciais que estão por resolver, não se consegue contactar com um proprietário, continua a tentar solucionar o problema que se vem a arrastar há anos.

O Sr. Presidente do executivo explicou que votou contra a proposta apresentada do Centro Geriátrico, porque inicialmente era para ser um centro de cuidados de saúde primários, que seriam para Porto Salvo e agora ficava para todo o concelho. Relativamente ao Complexo Desportivo pediu par retirar a proposta, assim como outras forças políticas, só tendo sido votado pelo IOMAF.

Sobre a Loja Solidária informou que estavam a ser feitas obras num edifício que não era da junta; quanto à ajuda ao Bairro dos Navegadores vai-se auxiliar e apoiar a festa; sobre as lonas do palco, as principais torres estão partidas e não sabe se vai dar para arranjar; visita à loja Solidária – quando a tomou posse, verificou que a mesma estava vazia, tendo até apresentado relatório da CMO, onde se comprovou que foram efectuados nos dias seguintes às eleições, 5 transportes com viaturas e funcionários da CMO, que transportaram o conteúdo da referida Loja Solidária, para um armazém no bairro dos Navegadores. O Sr. Presidente do executivo referiu ainda que foi recebido um camião TIR proveniente da Suécia, com muito material que já não cabe na loja e que tem estado a ser distribuído.

O Sr. Vitor Marques também já tinha feito o mesmo pedido de visita, que será marcado à posteriori.

O Sr. Presidente informou que tinha sido recebido da Asoft a informação de que apenas um computador estava legal e que iria haver uma despesa extra com a qual não estavam à espera, para aquisição de novos programas e material informático.

O Sr Presidente da Mesa da Assembleia deu conhecimento que se encontravam na mesa uma proposta e três recomendações e que daria 10 minutos para discussão.

O Sr, André Rica entrevistou com as seguintes questões:

Proposta nº2 – Julgados de Paz - aproxima e facilita e é com bons olhos que terá o seu apoio.

Recomendação nº 2 – Referiu que se trata de um assunto que efectivamente está a ser resolvido.

Recomendação nº 3- reconheceu que de facto houve muitas intempéries, que dificultaram a manutenção/limpeza das ribeiras.

Recomendação nº 1 – concordou na generalidade.

A D. Isabel Vasconcelos frisou que não votam sem ter as propostas na mão. No entanto, não teve oportunidade de as analisar. Sobre o Complexo informou ter havido alguma polémica na bancada da CDU, visto ser uma obra megalómana a impor muitas despesas ao ACPS. Não está de acordo que passe toda a gestão para a Oeiras Viva até porque há dívidas que estão a ser sanadas pela nova Direcção, e não acreditam que a Oeiras Viva vá fazer melhor, porque essa sim, tem um passivo enorme.

O Sr. Vitor Marques lembrou que foi durante a campanha eleitoral que foi inaugurado o campo de Futebol 7 e que só passado um ano foi colocada a água e a electricidade. Sobre os julgados de Paz, como já referiu, pedem que sejam instalados na freguesia de Porto Salvo.

O Sr Presidente da Mesa da Assembleia colocou a votação:

- Proposta nº 2/2014 – Julgados de Paz - aprovada por unanimidade.

Foi feita declaração de voto pela bancada do Partido Socialista – “somos a favor no seu princípio, esta competência é da CMO, no entanto, faz sentido que seja aprovada por esta Assembleia”.

Recomendação nº1 – Complexo Desportivo de Porto Salvo

5 abstenções – PS

8 votos a favor – IOMAF, PSD e CDU;

Declaração de voto da bancada do IOMAF – salientou a pertinência da exigência de rigor na análise destas situações.

Declaração de voto da bancada do PS – Abstenção - explicando que resulta de carga política e ideológica que foi retirada, mesmo reconhecendo ter havido mérito e pertinência na sua apresentação.

Recomendação nº 2 – Falta de higiene e limpeza nos parques infantis

5 abstenções – PS

8 votos a favor – IOMAF, PSD e CDU

Declaração de voto do PS – “Tem sido referido o trabalho implementado e que tem vindo a ser realizado, por isso pensamos que é “fazer chover no molhado””.

Recomendação nº 3 – Limpeza das ribeiras

5 Abstenções – PS

8 votos a favor – IOMAF, PSD e CDU

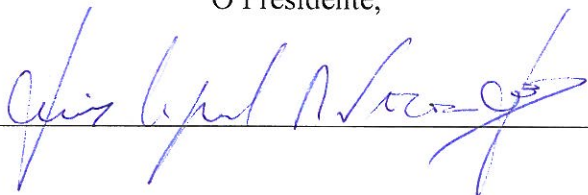
Declaração de voto do PS – “Tem sido referido o trabalho implementado e que tem vindo a ser realizado, por isso pensamos que é “fazer chover no molhado””.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia propôs a constituição de uma comissão para alteração do regimento da assembleia, para que o mesmo fique em consonância com o disposto legal da lei n.º 75/2013 de 12 de Julho. Assim, solicitou que cada bancada indicasse um representante para a referida comissão. Foram indicados, a D. Isabel Vasconcelos pela CDU, o Sr, André Rica pelo IOMAF, o Sr. Pedro Costa pelo PS e o Sr. Vitor Marques pelo PSD.


Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, às vinte e três horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente acta sendo assinada pelos elementos da Mesa da Assembleia.

Porto Salvo, aos dezasseis dias do mês de Outubro de dois mil e catorze.

O Presidente,



O 1º Secretário,



O 2º Secretário,